

Alerta Legislação nº 30, de 26 a 31 jul. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.058, DE 27 DE JULHO DE 2021

Altera a [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021

Altera a [Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021](#), para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade

LEI Nº 14.188, DE 28.7.2021

Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), e no [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

DECRETO Nº 10.758, DE 29 DE JULHO DE 2021

Regulamenta a [Medida Provisória nº 1.042, de 14 de abril de 2021](#), que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCC, e altera o [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#), e o [Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020](#)

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.389, DE 28 DE JULHO DE 2021

(Projeto de lei nº 369, de 2019, dos Deputados Bruno Ganem - PODE e Maria Lúcia Amary - PSDB)

Dispõe sobre a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido no Estado de São Paulo e dá outras providências

LEI Nº 17.388, DE 28 DE JULHO DE 2021

(Projeto de lei nº 584, de 2016, do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor - PRB)

Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**RESOLUÇÃO SEDUC 65, DE 26-07-2021**

Dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no segundo semestre do ano letivo de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, nos termos do [Decreto Estadual nº 65.384/2020](#) alterado pelo [Decreto Estadual nº 65.849/2021](#), e dá providências correlatas.

Prefeitura de São Paulo**LEI Nº 17.587, DE 26 DE JULHO DE 2021**

(PROJETO DE LEI Nº 197/18, DOS VEREADORES...)

Cria a Lei Paul Singer – Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária, bem como a Política, o Sistema e o Conselho Municipal de Economia Solidária.

LEI Nº 17.585, DE 26 DE JULHO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 546/20, DOS VEREADORES...)

Institui a campanha *Check-up* Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças.

LEI Nº 17.583, DE 26 DE JULHO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 441/21, DOS VEREADORES...)

Estabelece alteração no protocolo de vacinação na cidade de São Paulo para aqueles que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19 devido unicamente à marca do imunizante e dá outras providências.

LEI Nº 17.582, DE 26 DE JULHO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 389/21, DO EXECUTIVO)

Institui o Programa de Cremação Social, visando à gratuidade dos serviços de cremação à população de baixa renda, e dá outras providências.

LEI Nº 17.581, DE 26 DE JULHO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 246/21, DOS VEREADORES...)

Institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional – QualiSampa no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI Nº 17.579, DE 26 DE JULHO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 136/21, DOS VEREADORES...)

Dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.

LEGISLAÇÃO FEDERAL**D. O. U.****LEGISLAÇÃO SUPERIOR****30/07/2021
Ed. extra****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.059, DE 30 DE JULHO DE 2021**

Altera a [Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021](#), que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à

	contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. <u>DECRETO Nº 10.760, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2021. <u>DECRETO Nº 10.759, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.
30/07/2021	<u>DECRETO Nº 10.758, DE 29 DE JULHO DE 2021</u> Regulamenta a Medida Provisória nº 1.042, de 14 de abril de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCC, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e o Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020
28/07/2021	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.058, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 10.756, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> Institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal.
27/07/2021	<u>DECRETO Nº 10.755, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências.
26/07/2021	<u>DECRETO Nº 10.754, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz. <u>DECRETO Nº 10.753, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a qualificação da concessão do Canal de Acesso Aquaviário do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina, Estado do Paraná, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>DECRETO Nº 10.752, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 10.407, de 29 de junho de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene

	essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade <u>LEI Nº 14.188, DE 28.7.2021</u> Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 4/PGU/AGU, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Estabelece normas e procedimentos relativos à atuação da Procuradoria-Geral da União em matéria de Assuntos Internacionais. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>PORTARIA GSI/PR Nº 90, DE 29 DE JULHO DE 2021</u> Aprova o Plano de Gestão de Riscos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 245, DE 29 DE JULHO DE 2021</u> Define o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF de 2022, do Serviço Florestal Brasileiro - SF
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 651, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, os procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias, e a revisão cadastral dos beneficiários.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CÂMARA DE INOVAÇÃO <u>RESOLUÇÃO CI Nº 1, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Aprova a Estratégia Nacional de Inovação e os Planos de Ação para os Eixos de Fomento, Base Tecnológica, Cultura de Inovação, Mercado para Produtos e Serviços Inovadores e Sistemas Educacionais.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 3.063, DE 22 DE JULHO DE 2021</u> Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 119, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> Altera a Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a <u>Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998</u> , e de financiamento do terrorismo, previsto na <u>Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016</u> . SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 27, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 25/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 26, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 25/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. → Secretaria do Tesouro Nacional <u>PORTARIA Nº 957, DE 28 DE JUNHO DE 2021</u> (...) Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de junho de 2021, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas. (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 560, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI com o objetivo de propor parâmetros que nortearão os projetos de infraestrutura para as escolas indígenas FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, as escolas públicas estaduais, municipais e distritais, participantes dos

	Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021.
Ministério da Infraestrutura	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 859, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de caminhões com carroceria do tipo basculante e de caminhões-tratores destinados a movimentação e operação de veículos rebocados com carroceria tipo basculante. <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 858, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 371, de 10 de dezembro de 2010, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários, e a Resolução CONTRAN nº 561, de 15 de outubro de 2015, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários. <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 857, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Aprova o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IX - Sinalização de Cruzamentos Rodoferroviários. <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 856, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Referenda a Deliberação CONTRAN nº 223, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre a circulação de veículos de carga destinados ao transporte e/ou armazenamento de oxigênio, cujas dimensões excedam os limites previstos na Resolução CONTRAN nº 210, de 13 de novembro de 2006. <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 855, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Referenda a Deliberação CONTRAN nº 222, de 27 de abril de 2021, que altera as Resoluções CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, e nº 390, de 11 de agosto de 2011.
Ministério do Meio Ambiente	COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA <u>RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 6, DE 8 DE JULHO DE 2021</u> Aprova o Balanço de Atividades 2020 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 2.618, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> Institui o Prêmio Brasil Amigo da Criança.
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES → Divisão de Atos Internacionais <u>ACORDO ÁRTEMIS</u> Princípios para a cooperação em exploração civil e uso da Lua, Marte, cometas e asteroides para fins pacíficos

Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 1.694, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (Renaveh). <u>PORTARIA GM/MS Nº 1.693, DE 23 DE JULHO DE 2021</u> Institui a Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH).
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
31/07/2021	<u>DECRETO Nº 65.897, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o <u>Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020</u>, e dá providências complementares
29/07/2021	<u>LEI Nº 17.389, DE 28 DE JULHO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 369, de 2019, dos Deputados Bruno Ganem – PODE e Maria Lúcia Amary – PSDB) Dispõe sobre a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido no Estado de São Paulo e dá outras providências <u>LEI Nº 17.388, DE 28 DE JULHO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 584, de 2016, do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor - PRB) Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 369, DE 2019</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 089/2021 (...) De iniciativa parlamentar, a proposição proíbe a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido e de qualquer artefato pirotécnico de efeito sonoro ruidoso no Estado de São Paulo. (...) <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 584, DE 2016</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 086/2021 (...) De iniciativa parlamentar, a proposta busca estabelecer “a obrigatoriedade de inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, no Estado, liberando do contrato de fidelização o consumidor no caso

de má prestação de serviço por parte da empresa concessionária" (artigo 1º). Por conseguinte, tenciona instituir o dever de inclusão de "cláusula de rescisão contratual, sem ônus, por má qualidade do serviço, independente dos prazos de fidelização" (artigo 2º). Além disso, estabelece que "caberá às prestadoras de serviços a que se refere esta lei, o ônus da prova pelo não descumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato ou pela não frustração das legítimas expectativas do contratante quanto à qualidade de prestação do serviço" (artigo 3º), prevê as sanções em caso de descumprimento (artigo 4º), identifica a entidade descentralizada competente para fiscalização e sua forma de atuação (artigo 5º), dispõe sobre a regulamentação (artigo 6º) e a cláusula de vigência (artigo 7º).
(...)

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2021

São Paulo, 28 de julho de 2021

A-nº 094/2021

(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto busca autorizar o Poder Executivo a instalar sistema de ar condicionado de refrigeração e/ou aquecimento, nas salas de aula de escolas e instituições de ensino público estadual (artigo 1º). A medida também dispõe que ficará a critério da Secretaria da Educação a escolha do tipo de equipamento, observadas as particularidades do clima de cada região, se adotado o sistema de refrigeração, aquecimento ou ambos (§ 1º do artigo 1º). A propositura determina, ainda, ao Poder Executivo, a expedição de normas regulamentares necessárias à plena execução da lei (§2º do artigo 1º).
(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 631, DE 2020

São Paulo, 28 de julho de 2021

A-nº 093/2021

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura busca instituir "programa de proteção à policial civil gestante no âmbito do Estado, com o objetivo de salvaguardar o direito a uma gestação saudável e o retorno da policial civil à ativa, terminado o período de licença-maternidade" (artigo 1º). O conteúdo de tal programa prevê regras sobre permuta, composição de equipe e alteração de tipo de atuação (artigo 2º), forma de prestação dos serviços (artigo 3º), remuneração (artigo 4º) e retorno da policial civil após o término da licença-maternidade (artigo 5º). Além disso, a proposição estabelece normas acerca de sua regulamentação (artigo 6º), cobertura de despesas decorrentes (artigo 7º) e cláusula de vigência (artigo 8º).
(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2020

São Paulo, 28 de julho de 2021

A-nº 092/2021

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta busca determinar a suspensão de "todos os mandados de reintegração de posse, imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais no Estado de São Paulo" (artigo 1º) e estabelece que tal medida perdurará "enquanto vigorar o estado de emergência na saúde ou de calamidade pública do Estado de São Paulo em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e mais noventa dias após a sua suspensão" (artigo 2º).

	(...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 119, DE 2021</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 091/2021 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura visa a acrescentar o artigo 28-A à Lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021” para, em caráter excepcional, autorizar o remanejamento das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória para aquisição de vacinas contra a Covid-19, mediante manifestação do autor da emenda. (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 1141, DE 2019</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 090/2021 (...) De iniciativa parlamentar, a proposta permite que o pagamento da tarifa de pedágio seja realizado por meio de cartões magnéticos de crédito e de débito (artigo 1º), estabelecendo obrigações a serem tomadas pelas concessionárias de rodovias para esse fim (artigos 2º e 3º). (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 564, DE 2018</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 088/2021 (...) De iniciativa parlamentar, o projeto propõe instituir política de proteção, inclusão e acompanhamento educacional dos alunos com epilepsia, na rede de ensino do Estado de São Paulo. (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 826, DE 2017</u> São Paulo, 28 de julho de 2021 A-nº 087/2021 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura busca determinar que o quadro de servidores públicos estaduais lotados nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher tenha, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos cargos ocupados por mulheres (artigo 1º). (...)
28/07/2021	<u>DECRETO Nº 65.889, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre critérios de classificação de gasodutos de distribuição de gás canalizado no âmbito do Estado de São Paulo
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CEE 201/2021</u> Fixa normas para a ampliação da retomada das aulas e atividades presenciais bem como para a organização dos calendários escolares do segundo semestre de 2021 no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, em resposta ao surto global do Coronavírus, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SEDUC DE 26-7-2021</u> A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a Deliberação CEE nº 201/2021, que fixa normas para a ampliação da retomada das aulas e atividades presenciais bem como para a organização dos calendários escolares do segundo semestre de 2021 no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, devido ao surto global do Coronavírus, e dá outras providências". (CEESP-EXP-2021/00078) Publicada novamente por ter saído incompleta <u>RESOLUÇÃO SEDUC 65, DE 26-07-2021</u> Dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no segundo semestre do ano letivo de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, nos termos do Decreto Estadual nº 65.384/2020 alterado pelo Decreto Estadual nº 65.849/2021, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SEDUC 64, DE 26-07-2021</u> Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista.
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA DGEP Nº 07, DE 23 DE JULHO DE 2021.</u> (...) faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota (...) SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS → Coordenadoria da Administração Financeira <u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u> [Orçamentos, Balanços, Demonstrativos etc.] <u>PORTARIA CAF-G Nº 00010, DE 27 DE JULHO DE 2021</u> A Coordenadora da Coordenadoria da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JULHO/2021, estarão disponíveis na rede bancária na seguinte conformidade: Dia 06-08-2021 – Celetistas, pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos órgãos e entidades do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02/10/2017. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 06-08-2021.

	Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 24, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Disciplina o regime de teletrabalho dos Procuradores do Estado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo
Turismo e Viagens	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA Nº 03/2021, DE 30 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a retomada presencial das atividades laborais no âmbito da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 8114, DE 29 DE JULHO DE 2021</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular FUVEST 2022 da Universidade de São Paulo e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO COG 8112 DE 26 DE JULHO DE 2021</u> Altera anexo da Resolução CoG 8075, de 08 de abril de 2021, que fixa o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da USP para o ano de 2021.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
30/07/2021	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) <u>COMUNICADO GP Nº 31/2021</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO alerta as Câmaras, Entidades do Regime Próprio de Previdência e Entidades Indiretas Municipais que o prazo para preenchimento dos questionários referentes ao Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal (IEG-Prev Municipal/TCESP) encerrou-se no dia 31/03/2021, conforme Calendário de Atividades divulgado pelo Comunicado SDG nº 57/2020 . (...) DOE, Legislativo, 30/07/2021, p. 5
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/07/2021	<u>LEI Nº 17.587, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 197/18, DOS VEREADORES...) Cria a Lei Paul Singer – Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária, bem como a Política, o Sistema e o Conselho Municipal de Economia Solidária. <u>LEI Nº 17.585, DE 26 DE JULHO DE 2021</u>

	(PROJETO DE LEI Nº 546/20, DOS VEREADORES...) Institui a campanha <i>Check-up</i> Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças. <u>LEI Nº 17.584, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 445/21, DO EXECUTIVO) Altera a Lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar a execução de projetos de investimento no Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.583, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 441/21, DOS VEREADORES...) Estabelece alteração no protocolo de vacinação na cidade de São Paulo para aqueles que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19 devido unicamente à marca do imunizante e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.582, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 389/21, DO EXECUTIVO) Institui o Programa de Cremação Social, visando à gratuidade dos serviços de cremação à população de baixa renda, e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.581, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 246/21, DOS VEREADORES...) Institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional – QualiSampa no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.580, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 238/20, DOS VEREADORES...) Institui o Programa Banco de Ração, e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.579, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 136/21, DOS VEREADORES...) Dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência. <u>LEI Nº 17.578, DE 26 DE JULHO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 39/18, DOS VEREADORES CAMILO CRISTÓFARO – PSB E SONINHA FRANCINE – CIDADANIA) Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de canteiros em casos de readequação geométrica, rotatórias, estreitamento de vias e casos similares, mantendo-se ou estabelecendo a permeabilidade do solo, ou seja, com a remoção do capeamento asfáltico original, expondo o solo antes da instalação, e dá outras providências.
--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>